



SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS, REFRAATÓRIOS, CONSTRUÇÃO, MONTAGEM INDUSTRIAL, PAVIMENTAÇÃO, OBRAS E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA E REGIÃO.

Base territorial nos Municípios de Limeira, Cordeirópolis, Santa Gertrudes, Rio Claro, Corumbataí, Mogi Mirim e Itacemópolis.
Reconhecido em 12.03.1960 - Carta Sindical 213.275/59 - CNPJ 51.486.942/0001-62

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO NA CATEGORIA DE PINTURAS E DECORAÇÕES 2024/2025

Entre as partes, de um lado: **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA E REGIÃO- SITICECOM**, CNPJ nº 51486942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA;

E de outro lado:

SINDICATO PATRONAL DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE LIMEIRA - SINCAF - CNPJ nº. 04.844.392/0001-26, neste ato representado por seu Presidente, engº Sr. RENATO HACHICH MALUF;

Por seus respectivos representantes e/ou procuradores, abaixo assinados, na forma do artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, firmam a presente Convenção Coletiva, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a **CATEGORIA DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO SETOR DE PINTURAS E DECORAÇÕES**, compreendendo as empresas representadas pelo SINCAF, e os profissionais representados pelo SITICECOM, signatários deste instrumento, com abrangência territorial em Limeira/SP.

Rang. - Py.

Salários, Reajustes e Pagamento

► **Sede Limeira**
Fone: (19) 3404.3322
Rua Piauí, 315
Vila Cláudia - Limeira - SP

► **Subsede Cordeirópolis**
Fone/Fax: (19) 3546.5352
Rua João Magrin, 542 - Resid. Paraty
Cordeirópolis - SP

► **Subsede Santa Gertrudes**
Fone/Fax: (19) 3545.1266
Rua José Miranda, 219
D'Itália I - Sta. Gertrudes - SP

► **Subsede Rio Claro**
Fone/Fax: (19) 3524.2715
Av. 12, 606 - Centro
Rio Claro - SP

► **Subsede Mogi Mirim**
Fone/Fax: (19) 3806.5161
Rua Cor. Venâncio F. A. Adorno, 567
Mogi Mirim - SP

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

I) Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais para os funcionários contratados a partir de 1º de maio de 2024, por até 90 (noventa) dias, serão os seguintes:

NÃO QUALIFICADOS: R\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais) por mês, ou R\$ 9,00 (nove reais) por hora, reajustado em 1º de maio de 2024.

QUALIFICADOS: R\$ 2.380,40 (dois mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos) por mês, ou R\$ 10,82 (dez reais e oitenta e dois centavos) por hora, reajustado em 1º de maio de 2024.

II) Após 90 (noventa) dias, os pisos salariais serão os seguintes:

a) NÃO QUALIFICADOS: R\$ 2.083,40 (dois mil e oitenta e três reais e quarenta centavos) por mês, ou R\$ 9,47 (nove reais e quarenta e sete centavos) por hora, reajustado em 1º de maio de 2024.

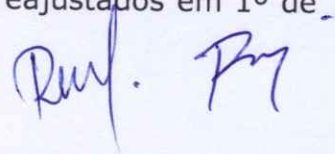
b) QUALIFICADOS: R\$ 2.505,80 (dois mil, quinhentos e cinco reais e oitenta centavos) por mês, ou R\$11,39 (onze reais e trinta e nove centavos) por hora, reajustado em 1º de maio de 2024.

Parágrafo Único: Entende-se como profissional não qualificado aquele que realize serviços onde não são necessários conhecimentos específicos, tais como ajudantes e auxiliares em geral.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2024, os salários dos empregados, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão reajustados em Maio de 2024, com o percentual de 4% (quatro por cento) aplicados sobre os salários reajustados em 1º de maio de 2023.



Parágrafo Primeiro: Por intermédio da concessão do reajuste, na forma estabelecida nesta cláusula, encontra-se cumprida a legislação salarial vigente, notadamente a Lei nº 8.880/94.

Parágrafo Segundo: O percentual de reajuste pactuado no caput desta cláusula será aplicado em todos os níveis salariais.

Parágrafo Terceiro: Os empregados admitidos após 01/06/2023 farão jus ao mesmo reajuste, mas não poderão, em razão disto, ultrapassar os salários de empregados mais antigos exercentes da mesma função.

Parágrafo Quarto: Os aumentos decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimentos e por antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimentos ou de localidade e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, não serão compensados.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas concederão a seus empregados um adiantamento salarial (vale) de no mínimo 40% (quarenta por cento) do salário nominal recebido no mês, até o 15º (décimo quinto) dia após o 5º (quinto) dia útil de cada mês, ressalvadas as condições mais favoráveis, excluídos aqueles que recebem semanalmente.

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO ADMISSÃO

Será garantido ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato tenha sido rescindido sob qualquer condição, o mesmo salário do substituído, sem considerar as vantagens pessoais, excepcionando-se desta cláusula as funções individualizadas, ou seja, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício.

Parágrafo Único: Nas empresas que possuam estrutura organizada de cargos e salários, nos casos previstos no "caput" desta cláusula, será garantido o menor salário de cada função.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO COM CHEQUE

Quando o pagamento for efetuado mediante cheque ou depósito bancário com cheque, excluindo o cartão salário, as empresas estabelecerão condições para que o empregado possa descontar o cheque no mesmo dia em que for efetuado o pagamento, sem que seja prejudicado o seu horário de refeição. Quando a data do pagamento de salário coincidir com os sábados, domingos e feriados, o respectivo pagamento de salário será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Único: Se a empresa vier a efetuar o pagamento aos sábados antes da data obrigatória legal, ficará dispensada de cumprir o *caput* desta cláusula.

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado que exercer a substituição fará jus à diferença entre seu salário e do substituído, na proporção da duração da substituição, excluídas as vantagens pessoais.

Parágrafo Único: A substituição eventual superior a 60 (sessenta) dias, passará a constituir promoção automática no cargo ou função, não será admitido rebaixamento de função, a não ser nos cargos de confiança.

Descontos Salariais

CLÁUSULA NONA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica permitida as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho o desconto em folha de pagamento, quando oferecida a contraprestação de: seguro de vida em grupo, transporte, vale-transporte, planos de saúde, convênio com supermercados, medicamentos, convênios com assistência médica, clube/agremiações, quando expressamente autorizado pelo empregado.

Rmf. B7

Parágrafo Único: As empresas descontarão de seus empregados, mediante apresentação, pelo SITICECOM, de relação de nomes e valores, as importâncias correspondentes a convênios, desde que autorizados individualmente pelos mesmos, encaminhando-se cópia destas autorizações à empresa, e observando o limite de 40% (quarenta por cento) da remuneração do empregado, repassando estas importâncias ao SITICECOM, até o dia 10 de cada mês;

I.: As relações deverão ser encaminhadas às empresas até o dia 20 (vinte) de cada mês;

II.: Desde que expressamente autorizado pelo empregado, ficam legitimados os descontos salariais de seguro de vida, assistência médica, vale farmácia e convenio odontológico, entre outros.

III.: Além da obrigação de realizar o desconto, fica estipulada a multa de 10% (dez por cento) sobre os valores devidos, a ser paga pela empresa que descumprir o contido no caput desta cláusula, quando deixar de efetuar os descontos devidos; e de mais 10% (dez por cento) àquela que deixar de recolher as importâncias descontadas ao SITICECOM no prazo estabelecido, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA - HORA EXTRA

I- Estabelecem as partes o adicional de 60% (sessenta por cento) para as horas suplementares trabalhadas de segunda-feira a sábado, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas abaixo discriminado.

II- As partes fixam o adicional de 100% (cem por cento) para as horas extras trabalhadas em domingos e feriados, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas abaixo discriminado.

III- Os adicionais em referência serão calculados com base no valor do salário nominal excluídas as horas de trabalho compensadas.

IV- Ficam ressalvadas as situações mais favoráveis praticadas pelas empresas.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO DE PRÊMIO POR DESEMPENHO

As empresas abrangidas por esta CCT deverão implantar o cartão de pagamento de prêmio por desempenho, ou seja, um cartão pré-pago, cuja contratação deverá ser previamente aprovada pelo SITICECOM, de modo a garantir que a operadora do cartão de benefícios possua abrangência nacional e ampla rede de credenciados, para que os trabalhadores abrangidos por esta CCT não tenham qualquer tipo de transtorno ao utilizá-lo.

Parágrafo Primeiro: A partir da folha de pagamento do mês de maio de 2024, conforme negociado para a vigência desta CCT, as empresas deverão apurar o valor equivalente a 1,8% do salário nominal de cada empregado, tendo como base de cálculo o salário praticado no mês de abril/2024, sendo que este valor deverá ser pago mensalmente, a título de prêmio por desempenho, por meio do cartão magnético pré-pago, mencionado no caput desta cláusula. Deste valor, nenhum desconto poderá ser efetuado.

Parágrafo Segundo: Os empregados admitidos após o mês de maio de 2024 terão o valor equivalente a 1,8% mensalmente a título de prêmio por desempenho, considerando como base o valor do salário da contratação.

Parágrafo Terceiro: A partir de outros critérios estabelecidos pela empresa, além do valor previsto no parágrafo anterior, poderá ser creditado outros valores eventuais no cartão de pagamento de prêmio por desempenho. Deste valor excedente a empresa poderá descontar as horas correspondentes a atrasos e/ou faltas de forma total ou proporcional.

Parágrafo Quarto: Havendo necessidade de emissão de segunda via do cartão do benefício, o empregado que necessitar desta, fica obrigado a indenizar o custo do mesmo, autorizando a empregadora a descontar o valor devido de sua remuneração.

Parágrafo Quinto: O benefício ora ajustado entre as partes não será considerado salário in natura e não integrará o salário do trabalhador para todo e qualquer tipo de efeito legal, conforme art. 457, da Lei 13.467/2017.

Rmf. R1

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLR (PARTICIPAÇÃO NO LUCRO OU RESULTADO)

Considerando as disposições contidas na Lei 10.101 de 19/12/2000, que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas.

Considerando que a Lei estabelece a necessidade de ser tal participação convencionada com seus empregados, por meio de comissão por eles escolhida, integrada ainda, por um representante indicado pelo Sindicato da respectiva categoria, as partes acordantes resolvem disciplinar a aludida participação nos resultados.

As empresas resolvem de comum acordo, estabelecer a participação nos resultados obtidos no período de 01/05/2023 a 30/04/2024, no valor de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais), a ser pago aos empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, em duas parcelas, a saber:

a) Na folha de pagamento da competência Agosto/2024:

Será pago o valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), referente ao 1º Semestre (Maio/ 2023 a Outubro/ 2024).

b) Na folha de pagamento da competência Novembro/ 2024:

Será pago o valor de R\$ 170,00 (cento e setenta reais), referente ao 2º semestre (Novembro/2023 a Abril/2024).

Parágrafo Primeiro: As empresas poderão aplicar o redutor de 10% (dez por cento) do valor total referente a PLR, a cada falta injustificada ocorrido pelo empregado no exercício de 2023, limitando-se a 5 (cinco) faltas:

- 01 (uma) falta injustificada – 90% (noventa por cento) do valor da PLR;
- 02 (duas) faltas injustificadas – 80% (oitenta por cento) do valor da PLR;
- 03 (três) faltas injustificadas – 70% (setenta por cento) do valor da PLR.
- 04 (quatro) faltas injustificadas – 60% (sessenta por cento) do valor da PLR;
- 05 (cinco) faltas injustificadas ou mais – 50% (cinquenta por cento) do valor da PLR.

Parágrafo Segundo: O pagamento da 1ª parcela, relativa à alínea "a" desta cláusula será devido aos empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, que se encontrem na empresa e aqueles que forem demitidos (sem justa causa) até 30/04/2024.

Parágrafo Terceiro: O pagamento da 2ª parcela, relativa à alínea "b" desta cláusula, será devido aos empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, que se encontrem nas empresas e aqueles que forem demitidos (sem justa causa) até 30/04/2024.

Parágrafo Quarto: Os empregados enquadrados no direito a percepção do benefício de PLR constante no parágrafo primeiro e segundo, e, que vierem a ser demitidos antes da percepção integral do benefício em questão, receberão o pagamento que lhes é devido, de forma integral, no ato da quitação da correspondente rescisão de contrato.

Parágrafo Quinto: Também serão pagos aos empregados que forem demitidos até 30/04/2025, no ato da sua demissão, o valor proporcional de 1/12 avos por mês efetivamente trabalhado no ano civil de 2024, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, o proporcional sobre a quantia estipulada na presente cláusula, dando assim por quitado o PLR do ano civil de 2024, independente, de posteriormente, ser negociado valor diverso.

Parágrafo Sexto: Nos termos das disposições contidas no artigo 3º, da supra mencionada Lei 10.101 de 19/12/2000, a participação nos resultados pactuada na presente cláusula não substitui ou complementa a remuneração do empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, ou previdenciário, não se lhe aplicando, igualmente, o princípio da habitualidade, como também não obriga a sua manutenção em períodos posteriores.

Parágrafo Sétimo: As empresas que já adotem ou, venham a adotar planos de participação nos lucros ou resultados ficam excluídas do cumprimento desta cláusula, ressalvado a garantia do valor previsto a título de PLR correspondente ao valor mínimo de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO

A empresa obriga-se a fornecer aos empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, excluídos os aposentados por invalidez e os afastados pelo INSS após 90 dias de afastamento, uma alimentação subsidiada, que consistirá conforme conveniência patronal, ressalvadas condições mais favoráveis, em:

a) ALMOÇO COMPLETO, no local de trabalho;

a.1) Tratando-se de empregado ALOJADO EM OBRA, terá direito a jantar completo, com o subsídio estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula; **OU**

b) TICKET REFEIÇÃO, no valor de R\$ 29,26 (vinte e nove reais e vinte e seis centavos) b.1) alojado em obra, receberá 01 (um) ticket refeição para almoço e outro para o jantar, tantos quantos forem os dias do mês; b.2) Para os empregados alojados em obra, os tickets discriminados no item acima, serão fornecidos também, para os sábados compensados, repouso semanal e feriados; **OU**

c) VALE SUPERMERCADO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO no valor mensal de R\$ 337,33 (trezentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos); **OU,**

d) VALE SUPERMERCADO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, no valor mínimo de R\$ 235,04 (duzentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), cumulativamente com um ticket refeição no valor mínimo de R\$ 16,64 (dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) por dia trabalhado.

Parágrafo Primeiro: Conforme orientação do Tribunal Regional do Trabalho, o fornecimento em qualquer das modalidades não terá natureza salarial nem integrará a remuneração do empregado, nos termos da Lei nº 6.321/76, de seu regulamento nº 78.676, de 08 de novembro de 1976.

Parágrafo Segundo: A empresa subsidiará o fornecimento da REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO nas hipóteses acima em, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo valor.

Parágrafo Terceiro: A empresa obriga-se a fornecer aos empregados alojados nos canteiros de obras, 1 café da manhã (desjejum), constante de 1 (um) copo de leite, café e pão com margarina, sendo que, a parte não subsidiada pela empresa não poderá ser superior a 1% (um por cento) do salário hora do trabalhador.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

O SITICECOM atenderá ou firmará convênios para atendimento médico e odontológico, a todos os funcionários, cabendo as empresas a responsabilidade de fornecer todos os meses a listagem de todos os empregados e sua constante manutenção.

Parágrafo primeiro: O trabalhador terá direito a todos os **procedimentos clínicos Odontológicos**, exceto tratamento estético, ortodontia e prótese.

Parágrafo segundo: Na assistência Médica, o trabalhador terá direito ao atendimento com **Clínico Geral** e especialistas nas áreas de: **Cardiologia, Ortopedia, Nutrição e exames laboratoriais.**

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES

A empresa oferecerá um plano de seguro em grupo aos seus empregados, cobrindo acidentes pessoais, invalidez permanente e morte natural e acidental. O segurado poderá ser subsidiado pela empresa total ou parcialmente. Fica a empresa autorizada ao desconto em folha de pagamento da parcela de prêmio correspondente à participação do empregado.

Parágrafo Único: Na ocorrência de morte ou invalidez permanente em decorrência de acidente de trabalho, a empresa que não oferecer seguro de vida a seus trabalhadores, deverá pagar aos beneficiários legalmente identificados perante o INSS uma indenização mínima de R\$ 28.059,20 (vinte e oito mil, cinquenta e nove reais e vinte centavos).

Rev. 17

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - BENEFÍCIO SOCIAL

O SITICECOM prestará indistintamente a todos os trabalhadores e/ou empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização especializada, benefícios sociais, conforme a Cláusula 14ª.

Parágrafo Primeiro - Para a manutenção deste benefício as empresas pagarão ao SITICECOM o valor mensal de R\$24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) por trabalhador, através de guias próprias a serem expedidas pelo sindicato dos trabalhadores, sendo a primeira parcela em 10/07/2024.

Parágrafo Segundo: Fica facultado ao trabalhador sócio ou contribuinte ao SITICECOM, incluir seus dependentes, com autorização prévia e por escrito, entregue diretamente ao empregador, para que a empresa possa realizar o desconto de R\$24,50 (vinte e quatro reais e cinquenta centavos) por dependente.

Parágrafo Terceiro - Caso o empregador estiver inadimplente com o pagamento desta contribuição ou efetuar o pagamento com valor inferior ao devido, fica garantido o atendimento para os trabalhadores. Neste caso o empregador será notificado para regularizar os pagamentos sob pena de multa do valor devido em dobro.

Parágrafo Quarto - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Quinto - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia do prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Sexto: Devido ao seu caráter social, a contribuição de que trata essa cláusula é obrigatória e devida, inclusive pelas empresas que fornecem assistência médica e odontológica a seus trabalhadores.

Ruy *Ry*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ABONO POR APOSENTADORIA

Os empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, que tenham cinco ou mais anos de trabalho na mesma empresa, quando dela vier a se desligar definitivamente, por motivo de aposentadoria, nos termos do Artigo 52 da Lei nº 8.213/91, será pago um abono correspondente a 1 (um) salário nominal a ser pago pela empresa quando do seu desligamento, a título de abono por aposentadoria.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Os contratos de experiência não ultrapassarão os 90 (noventa) dias, incluído neste prazo a possibilidade de prorrogação (Enunciado nº 188 do E. TST). Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, em prazo inferior a 1 (um) ano, a contar da data da última dispensa, não será celebrado contrato de experiência.

Parágrafo Único: Um novo contrato de experiência só poderá ser celebrado com a mesma empresa se observado o período de 06 (meses) após o término do primeiro contrato e para função diversa da anteriormente desenvolvida

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, a comunicação de dispensa obedecerá aos seguintes critérios:

a) Será comunicado pela empresa ao empregado por escrito contra recibo, firmado pelo mesmo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado o aviso prévio legal, avisando inclusive o dia, hora e local de recebimento das verbas rescisórias;

- b)** O empregado alojado na empresa ou em obra desta, terá garantido o alojamento e também o cumprimento da CLÁUSULA 13ª - REFEIÇÃO, até o recebimento das verbas rescisórias. Excluem-se desta garantia os prazos para recebimento do FGTS, a recusa do empregado em receber as referidas verbas rescisórias desde o notificado para tanto, ou a recusa do órgão homologante;
- c)** O trabalhador dispensado sob alegação de falta grave, deverá ser avisado do fato, por escrito, esclarecendo os motivos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO E PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso prévio será comunicado pela empresa, por escrito e contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado, ficando assegurado aos empregados abrangidos por este instrumento coletivo, o aviso prévio proporcional previsto na legislação vigente.

- a)** No caso de aviso prévio trabalhado os empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores, deverão cumprir apenas 30 (trinta) dias trabalhados, sendo indenizados pelos dias que exceder, sendo que durante os 30 (trinta) dias de cumprimento do aviso prévio trabalhado, os empregados poderão sair duas horas mais cedo, ou faltar 7 (sete) dias corridos, sem prejuízo da remuneração;
- b)** No caso de aviso prévio trabalhado, as empresas deverão proceder o pagamento das verbas rescisórias até o 10º (décimo) dia contado do último dia do aviso prévio trabalhado;
- c)** No caso de aviso prévio indenizado, as empresas deverão proceder ao pagamento das verbas rescisórias, até o 10º dia contado a partir do término do contrato.

Parágrafo Primeiro: As empresas deverão proceder à homologação das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados contribuintes ou associados ao sindicato dos trabalhadores, perante o sindicato da categoria, com fornecimento das guias de praxe, em até 15 dias úteis após o vencimento dos prazos constantes das letras "b" e "c" desta cláusula;

Parágrafo Segundo: Caso o empregado contribuinte ou sindicalizado ao Sindicato dos Trabalhadores venha requerer expressamente, a empresa deverá realizar a homologação da sua rescisão no Sindicato dos Trabalhadores, mesmo que o contrato de trabalho seja inferior a 1 (um) ano.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores que residem fora do município de Limeira-SP, essa obrigação fica condicionada se houver solicitação do trabalhador.

Parágrafo Quarto: Caso as empresas não compareçam no prazo fixado no parágrafo primeiro desta cláusula para efetuar a homologação perante o sindicato, ficarão sujeitas à multa indenizatória a favor do empregado no valor correspondente ao menor PISO NORMATIVO DA CATEGORIA, salvo quando comprovadamente o trabalhador der causa à mora e/ou o atraso se deva à falta de agenda por parte do SITICECOM, o qual dará declaração da circunstância.

Parágrafo Quinto: As empresas ficam obrigadas a apresentar, no ato da homologação da rescisão contratual de seus empregados, comprovantes de quitação das contribuições sindical, confederativa e assistencial quando for o caso, devidas respectivamente à entidade sindical profissional e patronal signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Outras normas referentes à admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – NOMENCLATURA DAS FUNÇÕES

As empresas a partir da vigência da presente Convenção Coletiva, na contratação de novos empregados, deverão utilizar quando dos registros legais a nomenclatura existente na Classificação Brasileira de Ocupações (C.B.O.).

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades, Igualdade de Oportunidades

Rmf. R7

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO DE MULHERES E A NÃO À DISCRIMINAÇÃO

As partes se comprometem a estimular trabalhadores e empregadores a envidarem esforços visando a inserção de mulheres no mercado de trabalho da construção civil, bem como combater qualquer forma de discriminação de trabalhadores, seja direta ou indiretamente, em razão do grau de instrução, etnia, idade, sexo, orientação sexual, religião, limitação física, doença ou qualquer característica pessoal que diferencie a pessoa do trabalhador de maneira menos favoráveis em relação a qualquer outro.

Parágrafo Único: As partes realizarão em conjunto ou separadamente programas de qualificação profissional e formação de cidadania. Devendo as empresas conforme suas possibilidades contribuir com espaços e pessoal para esse fim.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADOS EM VIA DE APOSENTADORIA

A empresa concederá garantia de emprego e salário aos empregados contribuintes ou sindicalizados ao Sindicato dos Trabalhadores que necessitem de até 24 (vinte e quatro) meses para a aquisição de aposentadoria por tempo de serviço, ocasião em que atingido o tempo de serviço, cessará a garantia de emprego e salário, nos termos do art. 52 da Lei nº 8.213/91, desde que tenham 6 (seis) anos contínuos de trabalho na empresa.

Parágrafo Primeiro: O empregado em vias de aposentadoria, conforme capitulado no *caput* desta cláusula, não poderá ser despedido a não ser em razão de falta grave, por mútuo acordo entre empregado e empregador ou encerramento de atividade do empregador, sendo que nessas hipóteses o Sindicato dos Trabalhadores procederá a homologação.

Parágrafo Segundo: Para os fins do *caput* desta cláusula, o empregado deverá apresentar ao empregador, documento em que conste a contagem de tempo de serviço, atestado pelo INSS, em até 30 (trinta) dias após ser notificado da dispensa.

Rev. 17

Parágrafo Terceiro: Em comum acordo as partes poderão substituir a garantia de emprego no período correspondente, com recolhimento integral ao INSS da guia de contribuição previdenciária, à título de bônus indenizatório até ser completado o período da contagem para recebimento do benefício do trabalhador, limitando-se ao número total de 24 (vinte e quatro) mensalidades contributivas.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- COMPENSAÇÃO DE HORAS E BANCO DE HORAS

As empresas poderão adotar os sistemas de BANCO DE HORAS ANUAL E DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, sendo que, para tanto, as empresas interessadas deverão requerer junto ao Sindicato Patronal a adesão a esta cláusula. Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pela entidade sindical patronal, esta deverá emitir a empresa solicitante o CERTIFICADO DE ANUÊNCIA, sem qualquer ônus e com validade coincidente com a presente norma coletiva, que possibilitará à empresa formalizar perante o Sindicato de Trabalhadores requerimento de celebração do Acordo Coletivo de Trabalho-ACT, mencionando o tema de interesse e apresentando o CERTIFICADO DE ANUÊNCIA. Recebido o pedido, o Sindicato de Trabalhadores poderá negociar com a empresa solicitante os termos do acordo e, estando em condições de ser votado, o Sindicato de Trabalhadores submeterá sua aprovação aos trabalhadores interessados, mediante competente assembleia que será realizada conforme disposto em Estatuto Social, passando-se a formalização do ACT, para assinatura. Somente após a assinatura do ACT, a empresa poderá praticar a compensação de horas e banco de horas.

Compensação de Jornada

Ry

Ruf

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO DO SÁBADO

A jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas poderá ser cumprida de segunda-feira a sexta-feira, mediante a compensação das horas normais de trabalho do sábado, obedecendo-se as seguintes condições:

1. SETORES DE PRODUÇÃO E DEMAIS UNIDADES DE APOIO (ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL).

1.1) 01 (um) dia de 08 (oito) horas de trabalho; e

1.2) 04 (quatro) dias de 09 (nove) horas de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Ficará a critério da empresa a fixação dos dias da semana de 9 (nove) horas e 8 (oito) horas, recomendando-se, no entanto, a seguinte jornada semanal:

*de segunda-feira a quinta-feira - jornada diária de trabalho de 9 (nove) horas.

*sexta-feira - jornada diária de trabalho de 8 (oito) horas.

Parágrafo Segundo: O ajustado nos termos desta cláusula compreende a compensação de horas normais, ficando vedada tais compensações por intermédio de horas extras trabalhadas.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCANSO NATALINO E CARNAVAL

As empresas dispensarão seus empregados do trabalho na terça e quarta-feira de carnaval, sem prejuízo do salário e do DSR.

Parágrafo Único: As empresas poderão dispensar seus empregados do trabalho nos dias 24 e 31 de dezembro, sem prejuízo do salário e do DSR, compensando-se as horas respectivas através de Acordos Coletivos a critério empresarial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO - PRÉ-ASSINALAÇÃO

As partes estabelecem que será admitida a pré-assinalação nos controles de ponto, do intervalo intrajornadas para refeição e descanso nos termos dos artigos 74 parágrafo segundo da CLT e 13, da Portaria MTPS nº 3.626/91.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHO SEGURO

A título de recomendação, fica instituído por este instrumento a "COMISSÃO TRABALHO SEGURO" entre as partes convenientes, podendo se valer de parcerias com os seguintes órgãos: DRT, SESI, SENAI, SEBRAE, FUNDACENTRO, entre outros.

Parágrafo Único: a "COMISSÃO TRABALHO SEGURO" tem como objetivo promover ações preventivas nas empresas, tais como: PALESTRAS, SEMINÁRIOS, CURSOS etc., periodicamente, iniciando-se os trabalhos a partir de 60 dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - USO DO CELULAR

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho ficam autorizadas a criar regulamento interno para uso de celular no horário de trabalho.

Parágrafo Único: Para aplicação do regulamento descrito no caput desta cláusula a empresa deverá fazer uma ampla divulgação, para conhecimento prévio de todos os funcionários, sobre a data de início em que passará a vigorar a nova regra interna.

Relações Sindicais/ Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas procederão ao desconto em folha de pagamento de um dia de serviço, da contribuição sindical, nos termos da legislação vigente, exonerando as empresas que efetuarem o desconto, de qualquer responsabilidade para com os obreiros. As

empresas farão o repasse dos valores descontados em favor do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA no mês de março de cada ano, a título de Contribuição Sindical, efetuando o devido recolhimento até o dia 30 do mês de abril de cada ano, nas agências da Caixa Econômica Federal.

Parágrafo Primeiro: Qualquer ônus financeiro e/ou impostos eventualmente incidentes sobre referidas contribuições serão integralmente assumidos pelo Sindicato Profissional, que assume toda e qualquer responsabilidade pela sua fixação, exonerando e isentando o Sindicato Patronal signatário da presente Convenção Coletiva de Trabalho e as empresas por ele representadas e que efetuarem o desconto, de qualquer responsabilidade para com os obreiros. Fica também estabelecido que o Sindicato Profissional fará o ressarcimento imediato as empresas dos descontos efetuados dos empregados em caso de decisão judicial ou termo de compromisso junto a MPT (Ministério Público do Trabalho).

Parágrafo Segundo: Resta esclarecido que a autorização para o desconto foi dada pela categoria através de assembleia geral realizada dia 19 de abril de 2024, cuja eficácia é *erga omnes*, conforme previsto em Estatuto Social do Sindicato de Trabalhadores, e consubstanciada pelas Súmulas 12 e 13 da Comissão 3, da 2ª. Jornada de Direito do Trabalho da Anamatra, Ministério Público do Trabalho e Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES

Os empregadores descontarão de seus empregados a Contribuição Assistencial autorizada pela Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores realizada no dia 19 de abril de 2024, a importância que resultar da aplicação de 1,5% (um e meio por cento) sobre o salário nominal de cada empregado, no mês de maio de 2024 e nos demais meses, incluindo 13º salário de 2024, e nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2025, na conformidade do Art. 8º, Inciso IV da Constituição Federal, cujo recolhimento será efetuado em guias próprias a favor do SINDICATO DOS



TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA E REGIÃO.

Parágrafo Primeiro: Fica garantido aos empregados o direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial, sendo que o integrante da categoria profissional poderá apresentar a carta de oposição por escrito perante o sindicato dos trabalhadores, com cópia para a empresa até 20 (vinte) dias a contar da publicação da presente Convenção Coletiva, através de circular distribuída para conhecimento das empresas e dos trabalhadores.

Parágrafo Segundo: As empresas concederão ao SITICECOM, sob agendamento prévio, permissão para os representantes sindicais divulgarem aos seus trabalhadores os benefícios proporcionados pelo Sindicato Profissional pelo menos uma vez a cada semestre, em horários no início ou término da jornada de trabalho, em local especialmente destinado pela empresa, formalizando a autorização prévia dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro: A Contribuição Assistencial mencionada nesta cláusula é de inteira responsabilidade do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICAS, CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE LIMEIRA E REGIÃO, exonerando as empresas que efetuarem o desconto, de qualquer responsabilidade para com os obreiros.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA

As empresas descontarão a mensalidade sindical diretamente de seus empregados, desde que por eles autorizada por escrito, devendo entregar os respectivos comprovantes aos empregados. O valor do desconto das mensalidades será depositado em conta bancária do sindicato beneficiado, através de guia própria fornecida pelo mesmo, até o 10º (décimo) dia útil do mês do pagamento do salário.

Parágrafo Único: A relação nominal dos empregados para controle da entidade ficará a disposição na sede da empresa após o pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIÁRIOS DA CONVENÇÃO COLETIVA

As empresas enquadradas na atividade econômica preponderante da PINTURA E DECORAÇÃO, ratificam sua afiliação e representação pelo SINDICATO PATRONAL DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE LIMEIRA - SINCAF, na forma do estatuto da entidade patronal, conforme deliberado em Assembleia, 20 de maio de 2024, e considerando o artigo 611 da CLT que determina a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho para todos os representados pela entidade sindical, e poderão utilizar-se de forma plena dos benefícios, das convenções e acordos coletivos da categoria e respectivas assistências técnica e jurídica, dos direitos e deveres Sindicais.

Com fundamento no artigo 513, alínea "e", da CLT e conforme deliberação em Assembleia Geral Específica realizada no dia 20 de maio de 2024, do SINDICATO PATRONAL DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE LIMEIRA - SINCAF1, fica estabelecido que TODOS os integrantes da categoria econômica abrangidos por esta Convenção Coletiva, estabelecida em sua base territorial, filiados ou não à entidade sindical, deverão recolher a Contribuição Assistencial Patronal, necessária à manutenção das atividades sindicais, a que se sujeitarão todos os empregadores, considerando o artigo 8º da Constituição Federal, e que se constitui na obrigatoriedade do recolhimento em favor do SINCAF, de acordo com os critérios adotados na seguinte tabela:

CAPITAL SOCIAL - R\$	VALOR DA ANUIDADE- R\$ MAIO/24
Micro e pequenas empresas *Empresas comprovadamente enquadradas (Lei 123/2006)	R\$ 808,24
0,01 A 10.000,00	R\$ 1.329,52
10.000,01 A 150.000,00	R\$ 3.289,60
150.000,01 A 500.000,00	R\$ 4.232,48
500.000,01 A 5.000.000,00	R\$ 6.581,84
Acima de 5.000.000,00	R\$ 9.848,40

Parágrafo Primeiro: A contribuição prevista no caput desta Cláusula deverá ser recolhida em 08 (oito) parcelas iguais, mensais e sucessivas, a partir da assinatura desta Convenção. Referido recolhimento será efetuado em qualquer agencia bancária, em guia própria, que será emitida pelo Sindicato Patronal.

Parágrafo Segundo: Os empregadores que vierem a se constituir durante a vigência deste instrumento, também pagarão referida contribuição, atualizada monetariamente, tomando por época de recolhimento o mês da sua constituição.

Parágrafo Terceiro: O recolhimento da referida contribuição efetuada fora de prazo estabelecido no parágrafo 1º, implicará em multa de 10% (dez), acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária de acordo com a variação do IPCM/FGV, ou outro fator que venha a substituí-lo. O não pagamento das contribuições nos prazos acima mencionados implicará no ajuizamento de competente ação judicial independentemente de notificação do devedor.

Parágrafo Quarto: O recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal, das filiais que possuem capital atribuído, deve ser feito observando-se as seguintes condições:

- a)** Filial estabelecida na mesma base territorial da matriz, e tiver capital social destacado, deve recolher pela faixa de capital social da tabela acima.
- b)** Filial estabelecida na base territorial da Convenção Coletiva com capital destacado, com matriz fora da base territorial, deve recolher pela faixa de capital social da tabela acima.

Parágrafo Quinto: As controvérsias decorrentes da aplicação desta cláusula, serão submetidas ao procedimento arbitral, nos termos da Lei 9.307/1996.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CADASTRAMENTO SINDICAL

O empregador com sede em outra cidade que executar obra superior a 30 (trinta) dias dentro da base territorial de Limeira/SP, abrangida por esta Convenção Coletiva de trabalho, deverá providenciar seu cadastramento perante o Sindicato Profissional e Patronal, com apresentação de comprovante (guia) de recolhimento da contribuição sindical ao sindicato patronal local.

Parágrafo Primeiro: Fica obrigado ao recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal, conforme cláusula 33ª (trigésima terceira) deste instrumento.

Parágrafo Segundo: Fica obrigado providenciar a "Comunicação Prévia" à Delegacia Regional da Secretaria do Trabalho competente, quanto ao início da obra, em cumprimento a NR18.2.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

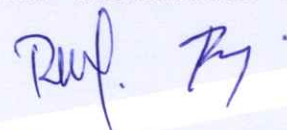
O Siticecom poderá firmar, quando requerido e custeado pelas empresas representadas pelo Sincaf (conforme certidão expedida pelo Sindicato Patronal), o termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, nos termos do artigo 507-B, da CLT, sendo sua validade condicionada ao cumprimento das formalidades abaixo:

- Para emitir o Termo de Quitação Anual das obrigações trabalhistas, o Siticecom exigirá que a empresa esteja regular perante o SINCAF e apresente discriminação das obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, bem como demais documentos que entender necessário, e deverá ser precedida de entrevista pessoal e reservada com o trabalhador, que deverá obrigatoriamente assinar o documento que for emitido, para que tenha validade.
- O Termo de Quitação Anual das obrigações trabalhistas das parcelas nele especificada serão consideradas como quitadas e pagas para todos os efeitos, ressalvados ocorrências que não estejam formalizadas nos documentos, doença oculta, e outras situações que restarem expressamente ressalvadas.
- Deixando de ser cumprida quaisquer das formalidades, o Siticecom poderá recusar a expedição do termo previsto nesta cláusula.

Disposições Gerais/Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Fica implantada a COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL, situada nas dependências do SITICECOM, que irá atender a todas as demandas exclusivamente trabalhistas, de ordem CAPITAL E TRABALHO, a qual deverá iniciar atendimento a partir de 60 dias.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONFLITOS

Em caso de dúvidas ou conflito referente a aplicação desta Convenção Coletiva, os Sindicatos convenientes se reunirão para conciliar as divergências e as partes farão acordo. Caso a divergência persista será recorrido ao poder judiciário.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - APLICAÇÃO DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Considerando que a Lei 13467/17, denominada reforma trabalhista, instituiu a faculdade dos trabalhadores em financiar as atividades do sindicato, e considerando que o bônus e o ônus, o custeio e o benefício, andam juntos, e ainda considerando que a referida Lei 13467/17 instituiu que o acordado deve prevalecer sobre o legislado, as condições mais favoráveis negociadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na presente Convenção Coletiva de Trabalho, em especial as cláusulas: 12ª. PLR (Participação nos Lucros ou Resultado); 13ª. Refeição/Alimentação; 17ª. Abono por Aposentadoria, 20ª. Aviso Prévio e Prazo para Homologação da Rescisão, 23ª. Empregado em Vias de Aposentadoria, somente poderão ser exigidas pelos empregados Sócios ou Contribuintes ao Sindicato dos Trabalhadores.

Parágrafo Único: Os empregados não contribuintes com o Sindicato de Trabalhadores são assegurados os direitos garantidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Fica permitido na categoria, sempre mediante Acordo Coletivo de Trabalho a ser firmado entre a empresa e o Sindicato de Trabalhadores, sendo que, para tanto, as empresas representadas pelo sindicato patronal e interessadas, deverão requerer junto ao Sindicato Patronal a expedição de CERTIFICADO DE ANUÊNCIA, nos termos do

artigo 617, da CLT, mediante encaminhamento de formulário, onde a empresa na condição de afiliada contribuinte ao Sindicato Patronal, deverá assumir o fiel compromisso de integral cumprimento de todos os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a saber: a) terceirização da mão de obra, b) regime de sobreaviso e trabalho intermitente, c) implantação de qualquer modalidade de Banco de Horas semestral ou anual; d) Pacto quanto à Jornada de Trabalho de 12x36, observados os limites constitucionais; e) fixação de intervalo intrajornada respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores há seis horas; f) adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no13.189, de 19 de novembro de 2015; g) plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; h) representante dos trabalhadores no local de trabalho; i) remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; j) modalidade de registro de jornada de trabalho; k) troca do dia de feriado; l) do grau de insalubridade; m) prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.

Parágrafo Primeiro: Constatado o cumprimento dos pré-requisitos pelo Sindicato Patronal, este deverá emitir a empresa solicitante o CERTIFICADO DE ANUÊNCIA e com validade coincidente com a presente norma coletiva, que possibilitará à empresa formalizar perante o Sindicato de Trabalhadores requerimento de celebração do Acordo Coletivo de Trabalho-ACT, mencionando o tema de interesse e apresentando o CERTIFICADO DE ANUÊNCIA.

Parágrafo Segundo: Recebido o pedido, o Sindicato de Trabalhadores poderá negociar com a empresa solicitante os termos do acordo e, estando em condições de ser votado, o Sindicato de Trabalhadores submeterá sua aprovação aos trabalhadores interessados, mediante competente assembleia que será realizada conforme disposto em Estatuto Social, passando-se a formalização do ACT, para assinaturas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA

Fixação de multa no valor de 2% (dois por cento) do piso do não qualificado, por infração e por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas nesta Convenção, desde que não cominada com qualquer multa específica, revertendo seu valor em favor da parte prejudicada.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO, REVISÃO OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinado as normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DEPÓSITO E REGISTRO

As partes depositarão cópia da presente Convenção Coletiva de Trabalho na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 614 da CLT, para fins de registro.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - NEGOCIAÇÃO

Se ocorrer circunstâncias técnicas, econômicas, financeiras ou conjuntural que justifique, as partes voltarão a negociar.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – ENCERRAMENTO

E, por estarem justos e contratados, e para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, assinam as partes contratantes a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

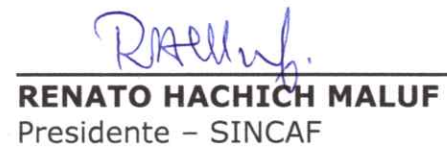
Limeira, 20 de junho de 2024.

**Sindicato dos Trabalhadores
nas Indústrias da Cerâmica,
Construção e do Mobiliário
de Limeira – SITICECOM.**

**Sindicato Patronal das Indústrias
da Construção de Limeira – SINCAF**



ADEMAR RANGEL DA SILVA
Presidente - SITICECOM



RENATO HACHICH MALUF
Presidente – SINCAF